

Infra-estrutura

20

TRANSPORTES

É GRAVE A SITUAÇÃO DO SETOR DE TRANSPORTES NO PAÍS. O ESTADO DE AVANÇADA DEGRADAÇÃO E SATURAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL, A TIMIDEZ DOS INVESTIMENTOS EM FERROVIAS E HIDROVIAS, A INEXPRESSIVIDADE DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E DA NAVEGAÇÃO INTERIOR, A INADEQUAÇÃO DOS PORTOS PÚBLICOS A SISTEMAS MODERNOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS CONTRIBUEM PARA UM QUADRO GERAL DE INEFICIÊNCIA QUE PREJUDICA O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS, REDUZINDO, POR CONSEQUENTE, SUA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.

As más condições do setor de transportes são mais visíveis na malha rodoviária federal. Cerca de 50% das rodovias necessitam, urgentemente, de investimentos para sua recuperação. Paralelamente, quase 2 mil km da rede pavimentada federal apresentam altos níveis de congestionamento de tráfego, necessitando de obras urgentes para aumento de capacidade. O mau estado das rodovias e o congestionamento do tráfego, segundo estudos do Geipot, podem acarretar custos adicionais da ordem de 40% no transporte de cargas e passageiros, com acréscimo de até 60% no consumo de combustíveis.

Ressalte-se que por nossas rodovias são transportadas mais de 60% das cargas e 95% dos passageiros por todo o território nacional. A insuficiência dos recursos alocados ao setor nos últimos anos teve como consequência uma profunda deterioração dos pavimentos, o que exigirá um aporte de recursos mais elevado nos próximos anos para recuperar progressivamente as vias afetadas.

No setor ferroviário, a concessão ao setor privado da operação de praticamente toda a rede pouco contribuiu para a solução dos problemas gerados pela falta de investimentos públicos ao longo de décadas. Grande parte das ferrovias continua operando com baixa eficiência, com suas vias permanentes, material rodante e sistemas operacionais de modo geral ultrapassados. Os investimentos na expansão da rede são escassos, limitando-se aos trechos capazes de proporcionar retorno mais elevado aos investidores.

A situação dos portos públicos não difere muito, refletindo, também, um modelo institucional inadequado e a falta de recursos para modernização de equipamentos e procedimentos operacionais. A maioria dos portos públicos opera com equipamentos envelhecidos e sistemas de movimentação de cargas obsoletos, resultando em baixa eficiência e custos elevados.

A inadequação do modelo institucional e a ausência de mecanismos que assegurem um fluxo regular de recursos para o financiamento dos investimentos necessários à sua expansão e modernização são a causa principal das péssimas condições de operação e manutenção da infra-estrutura de transportes.

Caberá ao Governo, em parceria com o setor privado, definir e implementar um programa de investimentos nessas áreas, visando assegurar um crescimento sustentado da oferta e evitar que haja obstáculos ao crescimento. Buscar-se-á a ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a recorrente dependência de recursos externos.

O Governo desenvolverá, também, uma política nacional de transportes, cujo objetivo será melhorar o serviço aos cidadãos e suprir as demandas do mercado interno e do mercado exportador. Em sua característica mais determinante ao longo de décadas, o setor de transportes no Brasil tem mantido uma excessiva concentração da demanda no domínio rodoviário, tanto no tocante à movimentação de carga como de passageiros. Serão realizados esforços no sentido de ampliar a participação das modalidades de grande porte, como ferrovias, navegação de cabotagem e navegação interior (hidrovias).

Principais iniciativas para 2003

As ações prioritárias na área de transportes terão em mira, inicialmente, reestruturar o modelo de gestão do setor. Serão adotadas providências para a criação, no menor prazo possível, do Conselho Nacional de Transportes, com vistas a fortalecer institucionalmente o setor e viabilizar os espaços para a articulação de uma política setorial democrática e participativa.

Será também instituído o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes – Conit, criado pela Lei nº 10.233, de 2001, que tem como atribuição propor ao Presidente da República políticas nacionais de integração dos diferentes modos de transporte de pessoas e bens.

A adequação da estrutura do Ministério dos Transportes em decorrência da criação das Agências Nacionais de Transportes Terrestres e Aquaviários (ANTT e Antaq) e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT terá prioridade para resgatar sua capacidade de formulação e gestão de políticas públicas em todos os segmentos do setor de transportes.

Medidas de efeito imediato serão adotadas para aperfeiçoar a execução das funções de normatização, coordenação, fiscalização e avaliação de desempenho no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas.

As ações a serem implementadas pelo Ministério dos Transportes no exercício de 2003 terão como referência as seguintes propostas e diretrizes:

- Incrementar os investimentos em infra-estrutura de transportes regionais;
- Promover a expansão da malha de transporte e a recuperação da existente, revertendo a degeneração crescente observada na sua infra-estrutura;
- Contribuir para a consolidação da infra-estrutura viária de apoio à expansão das fronteiras agrícolas;
- Incentivar a integração da Amazônia com as outras regiões do País e com os países vizinhos;
- Melhorar o desempenho dos sistemas de transportes para a integração com os países da América do Sul;
- Incentivar opções de acesso a regiões com potencial turístico, principalmente por meio do transporte ferroviário;

- Priorizar os investimentos nos corredores de transporte, com o fortalecimento dos modais hidroviário e ferroviário;
- Orientar os investimentos visando à integração e à complementaridade modal dos transportes;
- Promover a construção de terminais multimodais de carga com a iniciativa privada operadora dos sistemas ferroviários, hidroviários e instalações portuárias;
- Melhorar a regulamentação e fomentar a disseminação do Operador de Transporte Multimodal – OTM;
- Aprimorar a legislação específica para o transporte multimodal, com vistas ao seu desenvolvimento;
- Rediscutir as metas das concessões ferroviárias no sentido de viabilizar investimentos (públicos e privados) para modernização e ampliação do setor;
- Priorizar os projetos ferroviários que articulem ligações entre as malhas das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste com as malhas das Regiões Sudeste e Sul e os projetos ferroviários que articulem as regiões de produção com os grandes portos de exportação;
- Melhorar e consolidar as condições de navegabilidade das hidrovias interiores;
- Promover a reestruturação institucional do subsetor hidroviário;
- Apoiar as estratégias empresariais para o aperfeiçoamento do sistema logístico;
- Participar da articulação política visando à criação de comitês para o uso integrado das bacias hidrográficas;
- Implementar, com os estados, em especial os da Região Amazônica, um programa de fiscalização de embarcações de transporte de passageiros;
- Criar mecanismos que favoreçam a modernização tecnológica do setor, por meio da reestruturação das atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor e da capacitação das equipes técnicas;
- Ampliar a certificação de qualidade dos sistemas de transporte com o objetivo de garantir os direitos dos usuários, preservar o meio ambiente e reduzir os custos sociais para o País;
- Estimular o desenvolvimento da gestão ambiental nas entidades exploradoras e operadoras dos serviços do setor;

- Promover a modernização e a simplificação da legislação do setor relativa à navegação de cabotagem;
- Criar condições para propiciar investimentos na modernização da frota mercante;
- Garantir a qualidade dos serviços de transportes rodoviários interestadual e internacional, de passageiros e de cargas, realizados pela iniciativa privada e
- Garantir a qualidade dos serviços de transportes ferroviários de carga prestados pelo setor privado em face da reestruturação administrativa do Estado.

21

ENERGIA

O DESEQUILÍBRIO ENTRE A OFERTA E A DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA, MOTIVADO FUNDAMENTALMENTE PELA DEFASAGEM DE INVESTIMENTOS, RESPONDEU PELO RACIONAMENTO QUE AFETOU O CRESCIMENTO DO PAÍS NOS ÚLTIMOS ANOS. A HIDROLOGIA DESFAVORÁVEL PRECIPITOU UMA CRISE QUE SÓ PODERIA OCORRER, COM A SEVERIDADE QUE OCORREU, PELA AUSÊNCIA DE OBRAS DE TRANSMISSÃO E GERAÇÃO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CONSUMO. A HIDROLOGIA ADVERSA NÃO SERIA SUFICIENTE PARA CAUSAR A CRISE. NA VERDADE, A DESESTRUTURAÇÃO DO ESTADO IMPEDIU A AÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMPO DE EVITAR O RACIONAMENTO E ATÉ RETARDOU A TOMADA DE MEDIDAS QUANDO ESTE SE MOSTROU INEVITÁVEL.

Assim, o principal desafio da nossa gestão no setor de energia será o restabelecimento do planejamento, da capacidade de coordenação e implementação do Estado. Trata-se, nesse setor estratégico de nossa infra-estrutura econômica, de assegurar que a oferta, em níveis e preços adequados, constitua um impulso à retomada do crescimento da economia brasileira. A atividade de planejamento que, no passado, era executada pelas empresas estatais passou a ser exercida, na prática, pelas agências reguladoras. Recuperar a capacidade do Governo Federal de definir e acompanhar a implementação da política energética será um compromisso fundamental para garantir o crescimento adequado e sustentável da oferta de energia em nosso país, evidenciando os papéis institucionais dos agentes do setor.

Será desenvolvido um planejamento energético global, com ênfase na gestão da demanda, envolvendo o setor elétrico, o setor de petróleo e gás natural, a área nuclear, o carvão e as fontes alternativas. Os estudos dos inventários hidrelétricos serão retomados, recuperando o nível de estoque de novos sítios para o aproveitamento do nosso imenso potencial hidrelétrico. Haverá revisão importante na forma de envolvimento da sociedade com o planejamento, internalizando os impactos socioambientais e desenvolvendo o planejamento integrado e participativo das bacias hidrográficas, que deverá contemplar o uso múltiplo dos recursos hídricos: o consumo humano, o saneamento, a navegação, a geração hidrelétrica e a irrigação, com respeito às populações ribeirinhas e ao meio ambiente.

É premente, em todo o País, a necessidade de investir em novos sistemas de geração, transmissão e distribuição. Devem ser implantadas novas unidades de produção e recuperadas as existentes no curto prazo e estudadas alternativas de médio prazo, prevendo interconexão ao sistema interligado, onde for viável, reduzindo dessa forma o ônus que impacta em tarifas e as dificuldades de logística para o suprimento de derivados de petróleo às atuais unidades.

Será dada atenção especial àquelas regiões em que o abastecimento de energia elétrica é menos confiável. É o caso dos estados da Região Norte, onde é extremamente precário o suprimento de energia, pois são atendidos por sistemas de geração isolados, insuficientes na quantidade e com equipamentos antiquados e de baixa confiabilidade. Encontram-se nessa situação os Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Roraima. Medidas urgentes fazem-se necessárias para restabelecer as condições mínimas de atendimento, garantindo energia para a população e para o desenvolvimento.

A busca da universalização do acesso à energia elétrica é um dos principais objetivos do Governo Federal. Segundo o Censo 2000, do IBGE, cerca de 11 milhões de brasileiros, em pleno século XXI, ainda vivem sem energia elétrica. Será executada a coordenação das diversas ações implementadas pelos diferentes órgãos da administração direta e indireta, permitindo melhoria na eficiência dos valores a serem investidos e resgatando a cidadania dos excluídos dos benefícios do suprimento adequado e com tarifas módicas. Os esforços para alcançar esse objetivo serão intensificados em 2003.

Essa política, a ser desenvolvida em parceria entre o setor público e o capital privado, será viabilizada pela definição de metas crescentes de universalização do acesso à energia no mercado das concessionárias. Dessa forma, pretende-se levar a uma parcela significativa dessa população, ainda este ano, a energia tão necessária. Para isso, é importante também ressaltar a necessidade de desenvolvimento tecnológico de alternativas mais apropriadas à realidade do mundo rural que se adaptem às condições específicas de cada localidade.

A política da universalização, para ser eficaz, deverá reconhecer que parcela representativa da população, tanto rural quanto na periferia dos grandes centros, não dispõe de recursos financeiros para usufruir os benefícios da eletrificação. Por isso, deve-se prever a universalização do uso e não somente do acesso, com a revisão dos critérios das tarifas sociais e residencial de baixa renda, levando em conta a capacidade de pagamento da população atendida.

Além disso, o Governo incentivará as atividades de conservação de energia. Serão definidas regras de eficiência energética para máquinas e aparelhos consumidores de energia fabricados ou comercializados no País, assim como já ocorre para uma categoria de motores elétricos. Nesse sentido, será também exigida maior eficiência no uso de energia nas edificações, com o estabelecimento de requisitos técnicos para os projetos de edificações a serem construídas, visando à certificação de sua conformidade em relação à eficiência energética.

A política de diversificação da matriz energética deverá ser perseguida no quadro do planejamento de longo, médio e curto prazos, sendo definidas as necessidades de aproveitamento das diferentes fontes tecnológicas. A partir desse quadro, serão implementadas as ações necessárias para catalisar o desenvolvimento do mercado de gás natural, nos segmentos térmico e não térmico. Em decorrência, prevê-se a maior oferta de energia gerada não só pelas centrais termelétricas, mas também o crescente uso de geração distribuída de energia pela utilização de equipamentos de última geração como microturbinas e motores estacionários a gás e diesel-gás.

Ações permanentes de sensibilização na sociedade, tornando públicas as vantagens técnicas, econômicas e ambientais do gás natural, promoverão a maior utilização dessa fonte em diferentes segmentos industriais, tais como o

cerâmico, o têxtil, o metal-mecânico, o moveleiro e o de vidro. Com a substituição de energéticos como a lenha e o óleo estar-se-á agregando valor à produção nacional, aumentando a competitividade dos produtos nos mercados interno e externo e promovendo maior geração de riquezas para o País.

As crescentes exigências para redução de impactos ambientais nas regiões metropolitanas encontrarão no aumento da capacidade das infra-estruturas de transporte e distribuição previstas para 2003 a capilaridade necessária para a efetiva utilização do gás natural veicular, o qual se configura como excelente alternativa para redução de emissões nos transportes de passeio e coletivos. Paralelamente, estarão sendo continuados programas para o atendimento da população de baixa renda como o denominado Auxílio-Gás, que destina R\$ 15,00 bimestralmente a famílias carentes a título de complementação de renda familiar.

Em 2003, a implementação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, uma das ações do Governo para diversificação da matriz energética, promoverá a ampliação de pequenas centrais hidrelétricas, de centrais eólicas e de usinas à biomassa na geração de energia. Em uma primeira etapa, serão contratados 3.300 MW até abril de 2004. Esse programa irá contribuir para o maior aproveitamento do enorme potencial energético de fontes limpas e renováveis que existem no País, diversificando a matriz energética. Para esse programa, serão necessários o desenvolvimento e a internalização de tecnologias que viabilizem a fabricação de equipamentos e o fornecimento dos serviços relacionados à geração dessas diferentes fontes de energia.

O novo modelo deverá ter um papel primordial na reversão da atual expectativa de taxas de retorno elevadas para compensar a insegurança de mercado. Estas devem ser substituídas por remunerações compatíveis com o investimento em infra-estrutura, com riscos significativamente menores graças a um planejamento que compatibilize oferta e demanda e assegure um horizonte estável para o retorno dos investimentos do setor.

O Governo Federal conta, para implementação de suas políticas, com a experiência e a tecnologia de duas das maiores empresas do País: a Eletrobrás e a Petrobras. Haverá também espaço significativo para a iniciativa privada que, hoje, divide com as nossas empresas a responsabilidade pelo atendimento das demandas energéticas de nossa sociedade. De forma alguma se pensa no retor-

no ao regime do Estado provedor, mas sim em priorizar os investimentos necessários à nossa economia e à sua integração com os países do Mercosul, por meio de parcerias entre o setor produtivo estatal e as empresas privadas.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia, buscar-se-á a coordenação das ações de cooperação com o Programa Fome Zero, articulando o Sistema Eletrobrás e o Sistema Petrobras. No que se refere ao setor elétrico, isso se fará por meio de duas vertentes. A primeira, considerando a necessária universalização do serviço público de energia elétrica para comunidades de baixa renda, gerando um processo de inclusão elétrica, com o estímulo à utilização de fontes alternativas de energia. A segunda vertente estará voltada para a inclusão social de comunidades de baixa renda por meio do uso integral e racional dos recursos existentes e do apoio ao desenvolvimento de projetos comunitários.

A Eletrobrás dará prioridade aos investimentos para reforçar as interligações regionais, a recuperação da confiabilidade do sistema e o estímulo às parcerias com o capital privado para novos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, notadamente com os estudos que considerem a conveniência de projetos setoriais estratégicos existentes.

Deverão ser desenvolvidas gestões para eliminar as restrições à participação do grupo Eletrobrás em licitações de geração e transmissão, bem como para a captação de recursos financeiros em entidades de crédito nacionais e internacionais. Todo esse esforço será complementado por um processo de saneamento financeiro das empresas federalizadas como forma de canalizar a aplicação de recursos para novos investimentos de distribuição e universalização, com destaque especial para as empresas do Nordeste e do Norte.

Os projetos do sistema Eletrobrás serão desenvolvidos com amplo processo de articulação com centros de pesquisa, universidades e entidades de classe. Um sistema de articulação industrial será implantado visando ao aumento da participação da indústria nacional de bens de capital e de base nas compras do setor. As pequenas e microempresas serão fundamentais em processos de nacionalização de peças e componentes para o setor elétrico. O sistema Eletrobrás, ciente do efeito multiplicador de seus investimentos na questão social, deverá contribuir para os projetos de geração de emprego e renda, em especial pela sua participação em câmaras setoriais. Os recursos dos fundos

setoriais serão utilizados prioritariamente em parcerias para projetos de expansão da oferta de energia, em especial por meio da utilização da Reserva Global de Reversão – RGR.

Petróleo e gás

A produção brasileira de petróleo vem crescendo em ritmo bastante acentuado, superando, nos últimos sete anos, a taxa média de 11,5% ao ano. As previsões atuais, desprezando-se novas descobertas, apontam para uma produção de petróleo, em 2005, superior à demanda interna de derivados. Não obstante, é imperioso comentar que tal nível de produção não pode ser confundido com auto-suficiência. Para que a atingíssemos, seria necessário dispor de igual capacidade de refino, eliminando nossa dependência de fornecedores externos. No entanto, o quadro que se apresenta é diametralmente oposto. Nosso parque de refino está envelhecendo. A última refinaria construída no País iniciou sua operação há quase 23 anos, e muito pouco espaço há para ampliá-las.

Nesse cenário, já a partir de meados de 2003, deveremos estar exportando petróleo e importando derivados, por absoluta falta de capacidade instalada. Estaremos agregando valor ao nosso petróleo no exterior para posteriormente o importarmos sob a forma de derivados. A ausência de uma nova refinaria no País impactará nossa balança comercial em US\$ 450 milhões por ano a partir de 2006. A ampliação do parque de refino brasileiro, portanto, é um dos desafios a serem vencidos nos próximos anos.

O mercado brasileiro não se encontra amadurecido o suficiente para conviver com a volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional. Nesse sentido, para que se consiga atrair investidores e preservar os consumidores, em particular aqueles de menor poder aquisitivo, mostra-se relevante a implementação de um mecanismo de cunho tributário capaz de compensar as oscilações internacionais. O tributo natural para desempenhar esse papel de amortecedor é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, cujos valores, ajustados em fins do ano passado pelo Congresso, já permitem a adoção de uma política tributária capaz de conduzir a tal objetivo, sem perdas de arrecadação em relação aos valores orçamentários. É certo

que mudanças estruturais de patamares, tanto das cotações de petróleo como de câmbio, não poderão ser integralmente absorvidas. A busca de um mecanismo de estabilização de preços com base em compensações tributárias deverá ser também um dos desafios a serem vencidos.

A Petrobras, no contexto de abertura do setor petrolífero brasileiro, tem pautado todas as suas ações para viabilizar sua visão 2010 e vem atuando no sentido de fornecer a seus clientes produtos e serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente, considerando os interesses dos seus acionistas e contribuindo para o desenvolvimento do País. O direcionamento estratégico da empresa combina sua liderança no mercado doméstico de petróleo, de derivados e de gás natural, a consolidação de sua posição no mercado de energia e a expansão nos mercados-alvos da área internacional.

Na atividade de exploração e produção, visando consolidar suas vantagens competitivas, a Petrobras buscará a expansão de reservas e da produção, com a produção nacional de óleo, em 2005, atingindo a marca de 1.900.000 barris por dia de óleo com a contribuição de projetos de desenvolvimento da produção em campos marítimos, especialmente de águas profundas e ultraprofundas, em que a companhia ocupa posição de destaque no cenário mundial.

No mercado doméstico de derivados, que deverá crescer em média 2,57% ao ano, até 2010, a companhia privilegiará a atuação integrada e a capacitação logística. Concentrará seus investimentos para elevar os padrões de qualidade de seus produtos e serviços e para maximizar o processamento do petróleo pesado produzido no País.

Em gás e energia, a empresa buscará promover o desenvolvimento do mercado doméstico de gás natural, contribuindo para a maior participação deste na matriz energética brasileira e atuando de forma integrada na geração de energia elétrica.

As metas projetadas para os próximos anos incorporam a atenção dada pela companhia para consolidar participação de destaque nos vários mercados em que opera, especialmente no Brasil, onde concentra grande parte de seu programa de investimentos, assegurando o crescimento e a criação de valor para seus acionistas.

Recursos minerais

A retomada da função de planejamento governamental nos setores de geologia e de mineração é a meta imediata para resgatar a gestão pública dos recursos minerais no País, devendo ser implementada de forma integrada ao conjunto das políticas prioritárias de Governo. Com esse objetivo, a Secretaria de Minas e Metalurgia, o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM deverão articular suas atividades, enfrentando as dificuldades orçamentárias e redirecionando prioridades, sem desperdício de recursos e superposição de esforços.

No Brasil, a mineração tem fortes raízes históricas, estando ligada ao processo de expansão das fronteiras nacionais desde os tempos coloniais. No esforço para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social, interrompidos durante os últimos anos, a mineração tem, indubitavelmente, um papel fundamental a desempenhar. O setor mineral é intensivo na geração de emprego e renda, reduzindo as desigualdades regionais na medida em que proporciona a interiorização da população, cria demandas por infra-estrutura e serviços e induz à instalação de indústrias sequenciais de transformação e de bens de capital.

O Ministério de Minas e Energia deverá fortalecer e harmonizar o papel dos agentes públicos do setor mineral como formuladores de políticas e estratégias para o desenvolvimento sustentável. Será implantada uma política de integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais que atuam no setor, visando à superação da atual fragmentação e à diversidade de critérios nas atividades de fiscalização e de controle da mineração, assegurando sua inclusão na retomada do desenvolvimento nacional em harmonia com os cuidados ambientais.

Ainda em 2003, propõe-se iniciar a reestruturação institucional do DNPM, dotando-o de meios operacionais adequados à tarefa de normatizar e fiscalizar as atividades do setor mineral em todo o País. Também a retomada do programa de Levantamentos Geológicos Básicos pela CPRM ampliará o conhecimento do solo e do subsolo brasileiros nas áreas de zoneamento e gestão territorial e

de conhecimento hidrogeológico, fornecendo a base técnica para a ampliação dos empreendimentos minerais dentro do território nacional.

No que se refere à mineração de pequeno e médio portes, que abrange setores essenciais da mineração, produtores de materiais para a construção civil, de insumos agrícolas, de água subterrânea, etc., serão implementados programas de apoio financeiro e tecnológico para que o aproveitamento das jazidas seja otimizado, observando os cuidados com a segurança do trabalho e a preservação ambiental. Pretende-se, assim, ampliar o abastecimento de insumos minerais, tendo como referencial os programas nacionais de erradicação da pobreza e da fome.

22

COMUNICAÇÕES

Telecomunicações

A REFORMA DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL FEZ PARTE DE UM MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MUDANÇAS QUE ATINGIU O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DE TODOS OS PAÍSES DO MUNDO E REFLETIU AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PADRÃO TECNOLÓGICO DIGITAL ASSOCIADO AO CONSENSO EM TORNO DE UM NOVO PARADIGMA DE INTERVENÇÃO ESTATAL.

No Brasil, o Governo alterou o quadro legal das telecomunicações, introduziu a figura da agência reguladora (Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel), privatizou as empresas de telefonia fixa e celular do Sistema Telebrás e possibilitou a concorrência na prestação de serviços de telecomunicações.

O modelo implementado no Brasil esbarrou em duas grandes barreiras estruturais. A primeira é a baixa renda de vastos segmentos da população brasileira. A elevada inadimplência e a baixa rentabilidade por linha fixa ou celular de grande parte do sistema o atestam. A segunda é a tendência monopolista do setor, especialmente na esfera de grandes concessionárias, que detêm o controle sobre a chamada “última milha”, isto é, sobre a conexão direta com a grande maioria dos usuários residenciais e comerciais. A experiência mundial demonstrou que a concorrência nas telecomunicações tende a atingir apenas alguns nichos privilegiados do mercado.

Uma das tarefas do Governo Federal nos próximos anos será a de aprimorar o modelo adotado para o setor de telecomunicações, no sentido de torná-lo socialmente justo, economicamente viável e propício ao desenvolvimento

tecnológico. Novas regras terão de ser definidas para garantir aos segmentos menos privilegiados da sociedade o acesso às telecomunicações, deixando avançar a concorrência nos segmentos de mercado nos quais ela favorece a alocação eficiente dos recursos, sem descuidar da regulação dos monopólios naturais.

Ao final de 2002, encontravam-se em serviço no Brasil cerca de 38,8 milhões de acessos telefônicos fixos. A capacidade instalada das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC totalizava, à época, 49,2 milhões de linhas. Essa diferença de mais de 10 milhões entre o número de acessos fixos instalados e em serviço evidencia uma demanda inferior à capacidade instalada das concessionárias. Entretanto, ao final de 2002, apenas 166 municípios brasileiros, nos quais se encontram 33% da população do País, concentravam 62,7% das linhas disponíveis. Em outros 3.548 municípios, onde vivem 30,2% da população brasileira, encontram-se apenas 6,3% das linhas. Na ausência de um critério mais rigoroso para a efetiva universalização da telefonia, as empresas operadoras puderam cumprir as metas estabelecidas, apenas acrescentando mais linhas nas grandes cidades e bairros onde as linhas, de qualquer modo, já preexistiam.

A expansão da telefonia no período pós-privatização, após atendidas a demanda das classes A e B, buscou levar linhas telefônicas às famílias de renda média e baixa. Com isso, o setor defrontou-se com o problema da inadimplência de vastos segmentos da sociedade. Segundo dados das próprias operadoras, somente 30% das linhas em operação em todo o Brasil são, de fato, lucrativas. Promoveu-se, entre 1995 e 2000, um aumento de nada menos que 3.106,8% na tarifa da assinatura residencial e de 231% na tarifa do pulso. O cidadão brasileiro está pagando algo em torno de R\$ 20,00 pela assinatura mensal, excluídos os pulsos excedentes. Para a maioria da população, isto é inviável. Fenômeno idêntico verifica-se na telefonia celular, que experimentou crescimento vertiginoso do número de linhas em serviço, especialmente em função da introdução do sistema “pré-pago”.

A partir de julho de 2003, o mercado de telecomunicações brasileiro estará aberto às fusões, quando se encerra o tempo de carência, estabelecido em lei, para a compra e a venda das ações de controle das empresas brasileiras privatizadas. Algumas fusões, entretanto, já estão acontecendo.

O modelo concorrencial não vingou. Para 98% das famílias brasileiras que possuem uma linha telefônica e também para a grande maioria das pequenas, médias, até grandes empresas espalhadas pelo País afora, a situação não se alterou: suas linhas telefônicas fixas são fornecidas e operadas pelas mesmas operadoras. As chamadas empresas “espelhos” e “espelinhos” atendem a uma demanda residual. Algumas delas sobrevivem operando em segmentos de mercado de alta renda, oferecendo serviços sofisticados de acesso à Internet ou comunicação de dados.

Estabeleceu-se alguma concorrência na telefonia de longa distância, tanto nacional, quanto internacional. A Embratel perdeu cerca de 40% do seu mercado original. No entanto, essa fatia não foi conquistada predominantemente pela empresa que deveria firmar-se como seu “espelho”, mas pelas três outras concessionárias monopolistas da telefonia fixa, que passaram a operar, largamente, a telefonia de longa distância em suas respectivas grandes áreas de concessão.

Na telefonia celular, em cada uma das áreas de concessão, temos três, até quatro empresas operadoras. Acontece que uma única dessas operadoras detém, em média, 65% do mercado. Como a receita média por usuário não se tem mostrado satisfatória para a maioria das operadoras, prevemos a ocorrência, a partir deste ano, de um acelerado processo de concentração de empresas nesse setor.

Para corrigir as distorções do modelo adotado no País para o setor de telecomunicações, o Governo Federal pretende adotar especialmente duas medidas. A primeira, de cunho eminentemente institucional, consistirá no reaparelhamento do Ministério das Comunicações para colocá-lo em condições de formular políticas públicas para o setor, direcionando as atividades da Anatel para seu papel de órgão regulador e fiscalizador. A segunda mudança, de cunho econômico, consiste na revisão do modelo tarifário vigente, no sentido de agregar mais um componente aos esforços de universalização do acesso às telecomunicações, dificultada pela baixa renda de parcelas substanciais dos usuários potenciais dos serviços de telecomunicações.

O Governo anterior deixou alguns contenciosos. Um deles diz respeito aos recursos do Fundo para a Universalização das Telecomunicações – FUST,

que estão retidos no Tesouro Nacional por causa da inexistência de regras para sua utilização. A atuação governamental dar-se-á no sentido de operacionalizar a canalização dos recursos do FUST para programas que estejam de acordo com as diretrizes do Programa de Governo.

Setor postal

A universalização dos serviços postais é um propósito fundamental da ação estatal no setor e diz respeito ao acesso a um conjunto básico de serviços que deve ser garantido pelo Estado à sociedade, com qualidade e tarifas justas e acessíveis, independentemente da localização do domicílio ou da condição social e econômica da população.

Entretanto, os serviços postais ainda não estão disponíveis a toda a sociedade. Registre-se que o orçamento total de investimentos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, entre 1996 e 2002, foi cerca de R\$ 3 bilhões, enquanto os recursos para ampliação da rede de unidades de atendimento atingiram, apenas, R\$ 409 milhões – 13,6%. Os primeiros estudos realizados sobre o assunto indicam os seguintes índices de cobertura:

- Atendimento postal: mais de trinta milhões de brasileiros não dispõem de agência de correios na localidade onde residem e
- Entrega no domicílio do cidadão: mais de cinquenta milhões de habitantes não têm acesso ao serviço, não podendo, portanto, receber qualquer tipo de correspondência em suas residências.

A universalização dos serviços postais exigirá um grande esforço governamental, inclusive no que se refere à regulamentação do setor postal como um todo e não apenas do operador público, de forma que seja garantida a prestação de serviços de qualidade à população e as fontes de financiamento para fazer frente à interiorização e à universalização desses serviços. Para tanto, é necessário debater com todos os setores da sociedade um novo modelo para o setor postal.

Radiodifusão

Enquanto os estados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País contam com uma boa infra-estrutura do serviço de radiodifusão, em estados como o Piauí e o Tocantins apenas 5% dos municípios executam o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM).

No que se refere ao serviço de rádio comunitária, ocorreu uma grande concentração em estados onde já existem serviços de radiodifusão. Um exemplo pode ser constatado em estados como Roraima, que conta com entidades autorizadas a prestar o serviço em somente dois municípios, e no Acre e Sergipe, ambos com três municípios.

Nesse contexto, caberá ao Ministério das Comunicações a elaboração e o envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei de comunicação de massa que disciplinará a participação democrática de diversas classes empresariais no serviço de radiodifusão para que, no Brasil, todo cidadão tenha acesso aos serviços de rádio e televisão.

Exclusão digital

Dados do IBGE indicam que apenas 10,6% dos domicílios pesquisados possuem, entre os eletrodomésticos, um microcomputador. Pelos dados da pesquisa, constata-se uma relação inversa entre índice de pobreza e acesso à Internet, o que caracteriza a exclusão dos mais pobres do acesso à rede mundial de informações.

A implantação da “sociedade digital” está ligada à densidade das redes telefônicas e ao tráfego mundial das telecomunicações. Mais de 80% desse tráfego se encontra concentrado entre os Estados Unidos, Canadá, União Européia, Japão e Austrália. Dos mais de quinhentos milhões de usuários que se estima que existam no mundo, mais de 50% são norte-americanos enquanto outras regiões vivem completamente ausentes dos benefícios dessa mudança, como a África, partes da Ásia e América Latina e a região euro-asiática.

No Brasil, poucos municípios possuem provedor local de acesso à Internet. Dos mais de 5.500 municípios brasileiros, menos de quinhentos estão

servidos por provedores locais. Nos demais municípios, os únicos meios de acesso à rede são por meio de ligações interurbanas ou via satélite, ambos com alto custo de operação.

Há, no âmbito do Ministério das Comunicações, programas de universalização do acesso às telecomunicações ainda pouco articulados. Essas iniciativas, resumidas ao Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, aos pontos de acesso dos Correios e aos programas do FUST, ainda não lograram sucesso. O Governo não medirá esforços na avaliação do mérito e eventual retomada de tais programas.

Políticas industrial e de pesquisa e desenvolvimento para o setor

O maior e melhor centro de pesquisas em telecomunicações da América Latina, o CPqD, foi transformado numa fundação de direito privado, perdendo o seu papel estratégico para o País. Um grande contingente de firmas nacionais desapareceu, vindo a enfraquecer ainda mais a rede de inovação local do setor. Laboratórios foram fechados, pesquisadores readaptados para outras áreas da empresa ou demitidos, e atividades tecnológicas de pesquisa, que se desenvolviam há anos, foram abandonadas. A entidade perdeu o foco de sua capacitação tecnológica e foi obrigada a partir para a prestação de serviços. Por essa razão, pouco se dedicou para a atualização sistemática, correndo o risco de tornar-se obsoleta.

O parque industrial de telecomunicações permitiu que, em 1998, 35% da planta de centrais telefônicas digitais instaladas no País fosse de tecnologia nacional. Hoje, poucos anos após, esse índice caiu para 18%, e essa tecnologia está ameaçada e pode deixar de existir. Observa-se uma completa desarticulação da política industrial, baixa valorização da empresa nacional bem como dos postos de trabalho nacionais.

As ações a serem executadas no setor de telecomunicações buscarão reconstruir a rede de inovação e a indústria de telecomunicações do País. É preciso recuperar e consolidar, estrutural e politicamente, o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia, em consonância com os estados. É necessário considerar que ciência e tecnologia poderão ser instrumentos estratégicos para uma política de inclusão, sobretudo no que se refere às brutais diferen-

ças regionais no nosso País. É preciso definir um programa nacional de inovação, voltado para a realidade e as necessidades locais.

Para o estabelecimento de um sistema inovativo capaz de provocar impactos econômicos, sociais e tecnológicos significativos, exige-se uma articulação de agentes e de atividades muito mais abrangente, com o envolvimento de fornecedores e consumidores locais e a participação da população em geral. Ao formular políticas públicas capazes de envolver outros agentes, além daqueles relacionados às empresas intensivas em P&D, estaremos contribuindo mais eficazmente para o objetivo último do processo de inovação: a inclusão social, a geração de renda e a formação de um mercado de massas. É preciso articular os esforços entre as políticas de informática, de telecomunicações e eletrônica de consumo.

Diretrizes e metas para 2003

Telecomunicações

O modelo regulatório implementado no Brasil concentrou na Anatel não só a capacidade de regulação e fiscalização das concessionárias, mas também boa parte da capacidade de elaboração de políticas. Assim, na prática do modelo, coube à Anatel, além de regular e fiscalizar o mercado, erroneamente também a elaboração das políticas públicas para o setor.

No intuito de aprimorar o modelo, o Governo Federal promoverá a retomada da capacidade do Ministério das Comunicações de elaborar as políticas públicas para o setor. Para isso, será reforçada a complementaridade dos papéis do Ministério e da Agência.

Serão fortalecidos os papéis regulador e fiscalizador da Anatel. Esse fortalecimento tem como objetivo resguardar a qualidade e as regras estabelecidas ao mercado, assegurando-se o atendimento ao cidadão no que tange à prestação dos serviços de telecomunicações.

Os principais objetivos a serem buscados no sistema de telefonia fixa são a universalização das telecomunicações e a melhoria da qualidade dos serviços prestados por meio da concorrência entre as operadoras. Para isso, é necessário o estabelecimento de um conjunto claro de regras nas quais sejam privile-

giados os direitos do consumidor quanto aos padrões de qualidade, preços e continuidade do serviço.

Para 2003, prevê-se a ampliação do número de terminais de telefonia fixa em serviço, dos atuais 38,8 milhões para 40,3 milhões de acessos. É necessário, também, assegurar que essas novas linhas atendam às mais necessitadas camadas da sociedade. Para que isso seja possível, serão buscadas soluções de inclusão de novos assinantes, que passam pelas revisões tarifárias e pelos mecanismos de universalização disponíveis.

Na telefonia celular, com a migração das atuais operadoras do serviço móvel celular para o serviço móvel pessoal, espera-se em 2003 um acréscimo de dez milhões de acessos, o que resultará no atingimento das metas inicialmente estabelecidas, de 45 milhões de acessos. Ao mesmo tempo, deve-se atentar ao movimento de fusões previsto para esse mercado ao longo de 2003. Não se sabe se haverá condições de mercado para se manter mais de duas operadoras por região. Agrava a situação o fato de que muitas operadoras de telefonia fixa recentemente obtiveram licenças para operar também na telefonia celular. Isso deverá ser acompanhado de perto pelo órgão regulador com vistas a impossibilitar uma concentração de mercado que possa vir a prejudicar a tênue concorrência no setor.

Na perspectiva da universalização, o FUST propiciará recursos para programas nas áreas de educação, saúde e segurança, atendimento a bibliotecas públicas, regiões remotas e de fronteiras. Para tanto, estabelecerá estreita relação com os demais ministérios envolvidos no projeto, buscando parcerias e definindo atribuições específicas para cada um dos participantes. Serão ainda fixadas parcerias com os demais atores envolvidos no setor de comunicação, bem como com todos os que, de alguma forma, desejarem colaborar. Estuda-se a implantação, de pronto, de projetos piloto contemplando comunidades em áreas remotas e carentes.

Para garantir a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, é de fundamental importância o reforço da função fiscalizadora da Anatel. Serão instalados escritórios regionais, a rede de fiscalização será modernizada, serão instalados pontos de radiovideometria, de gestão do espectro de radiofrequência e haverá a certificação e a homologação de produtos de comunicação e fiscalização dos serviços de telecomunicações.

A partir de 2003, a Anatel poderá contar plenamente com o equipamento de Gestão e Monitoramento do Espectro e de Radiovideometria. Esse projeto será utilizado como complemento à fiscalização, com o objetivo de verificar o uso dos canais, em seus aspectos técnicos, de acordo com a legislação pertinente e os contratos de concessão de serviços. O sistema será composto por 27 plataformas, instaladas nas capitais brasileiras, sendo doze assistidas e as demais remotamente controladas. Na sede da Anatel, em Brasília, será instalado o Centro Nacional, responsável pela supervisão das atividades nacionais. Serão também adquiridas duas estações portáteis para a realização de missões especiais. Em dezembro de 2002, além do Centro Nacional, havia 26 estações instaladas, prevendo-se para 2003 a instalação da estação remanescente e o recebimento das duas estações portáteis.

Serviços postais

Dentre os diversos índices de acompanhamento, detém maior representatividade para a análise do papel social da ECT a distribuição de cartas nas capitais brasileiras. A meta para 2003 é entregar 95,5% das cartas no prazo regular.

Todos os 5.561 municípios brasileiros possuem atendimento postal, o que se refletiu no aumento do número de objetos enviados por habitante. Para o ano de 2003, a meta é chegar ao número de 61 objetos postados por habitante/ano, principalmente em função da expansão da rede de atendimento, que contará com mais 1.114 novos postos, beneficiando aproximadamente 4,3 milhões de pessoas.

A ECT pretende levar a distribuição postal a aproximadamente 80,3% da população brasileira. Para tanto, é de fundamental importância manter o ritmo de instalação de Caixas Postais Comunitárias, uma vez que essa medida permitirá a distribuição em regiões de urbanização precária e/ou endereçamento irregular. De 1998 a 2002, 4,1 milhões de brasileiros foram beneficiados, passando a contar com endereço para recebimento de correspondências. Em 2003, esse número evoluirá para 4,3 milhões de cidadãos, o que corresponde a 4.913 módulos ou, ainda, a 500 mil caixas postais.

Visando levar a Internet a um número cada vez maior de brasileiros, a ECT pretende instalar 4.176 novos terminais de acesso em 2003, permitindo

ao cidadão usufruir de serviços como Governo Eletrônico, videoconferência, acesso a *e-mail*, dentre outros.

Ainda em se tratando de Internet, será concluída em 2003 a implantação do Shopping Virtual dos Correios: uma infra-estrutura tecnológica, logística e comercial para agregar novas empresas interessadas na comercialização de bens e serviços pela Internet e atender as que hoje já se dedicam a essa atividade. O Shopping Virtual apoiará as empresas de pequeno porte que não tenham condições econômicas e técnicas de colocar seus produtos para comercialização via Internet.

Em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a ECT desenvolve anualmente uma megaoperação de logística para a distribuição de livros didáticos a todas as escolas públicas do País. Considerado o maior programa do mundo na área, o Programa Nacional do Livro Didático entregará em 2003, por intermédio dos Correios, cerca de 110 milhões de livros a aproximadamente 37 milhões de alunos em 170 mil escolas.

O Projeto Carteiro Amigo para o incentivo ao aleitamento materno, de amplo alcance social e já constatado êxito, mobilizará, em 2003, 47 mil carteiros com o intuito de levar informações educativas sobre aleitamento materno a todas as famílias brasileiras.

Com o intuito de beneficiar as cidades que não possuem agências bancárias e de contemplar, principalmente, a população de baixa renda e das áreas rurais, o Programa Banco Postal previa inicialmente abrir unidades apenas nos 1.800 municípios brasileiros sem agência bancária. Com a nova configuração, beneficiará uma larga faixa dos 45 milhões de brasileiros das classes C, D e E, hoje excluídos do sistema financeiro, reforçando o conceito de cidadania e inclusão social. Em 2002, foram implantadas 2,5 mil agências do Banco Postal, que responderam com 150 mil contas abertas e 2 milhões de transações efetuadas. Até o final de 2003, a meta é chegar a 5,3 mil unidades espalhadas em todo o País.

Para estimular as exportações das pequenas e médias empresas, foi instituído o serviço Exporta Fácil Brasil – Correios. Esse serviço facilita os processos operacionais e alfandegários mediante a remessa de pacotes de até 30 quilos para mais de duzentos países, no valor máximo de US\$ 10 mil. Em 2002, foram efetuadas 11,5 mil remessas para o exterior no valor total de R\$ 19

milhões. Já para 2003, a meta é que sejam efetuadas 18 mil remessas para o exterior no valor total de R\$ 36 milhões. Pretende-se, ainda, consolidar as informações alusivas às importações realizadas pelos Correios com a finalidade de subsidiar o estabelecimento de mecanismos de apoio ao controle do fluxo de importação, além de fomentar políticas governamentais voltadas para o setor postal e para o superávit da balança comercial brasileira.

Os Correios, única instituição presente em todos os municípios brasileiros e possuidora da maior rede logística do Brasil, apresentaram proposta para se integrar ao Programa Fome Zero. Para tanto, a ECT utilizará as suas 12.234 agências (próprias e terceirizadas), 37 aeronaves, 16 barcos, 5.297 veículos, 15.489 motocicletas, 19 mil bicicletas, além de outros meios de transporte complementares, bem como seus 47 mil carteiros. Com a utilização dessa estrutura, será possível desenvolver as seguintes ações:

- recebimento de doações financeiras e pagamento de benefícios;
- captação e distribuição de doações de alimentos;
- correios sobre rodas;
- Selo Fome Zero;
- apoio à comunicação.

No que tange à reestruturação do setor postal, pretende-se promover uma ampla discussão com a sociedade para a revisão do projeto de lei que deve introduzir as novas bases regulatórias desse serviço.

TV por assinatura

Em relação à TV por assinatura, é grande a necessidade de revisão do modelo atual. O serviço está disponível, geograficamente, a 130 milhões de habitantes (29 milhões de domicílios), mas estavam registrados, em dezembro de 2002, pouco mais de 3,6 milhões de assinaturas.

O objetivo para 2003 é retomar o ritmo de crescimento para o número de assinantes, que no ano passado teve um decréscimo de 53,8 mil assinaturas em relação ao ano anterior. A meta ao final deste ano é que se tenha em torno de 3,8 milhões de assinaturas. Dentre os problemas identificados nesse segmento temos o alto preço cobrado pelas operadoras e a negociação de conteúdos inadequados às expectativas dos usuários.

Radiodifusão

A universalização dos serviços de radiodifusão tem por objetivo dotar todos os municípios brasileiros de pelo menos um serviço de radiodifusão. Em dezembro de 2002, 46% dos municípios brasileiros eram atendidos com serviços de radiodifusão. Para 2003, pretende-se ampliar esse índice para 50% dos municípios.

Para os municípios que ainda não contam com serviços de radiodifusão com programação local, serão priorizadas ações com vistas a implementação de serviços de retransmissão de televisão. Esse serviço buscará preferencialmente atingir as áreas de fronteira, possibilitando maior integração da comunidade com as notícias nacionais, assegurando a soberania do País. Serão priorizadas as estações retransmissoras cujo sinal seja oriundo de uma estação geradora da região, favorecendo a programação e a publicidade local, possibilitando o desenvolvimento do comércio, a criação de novos empregos e a integração da comunidade local.

Além das metas de universalização, será feita, em 2003, uma ampla discussão com a sociedade e com os setores envolvidos sobre a nova lei de radiodifusão, sobre o estabelecimento de novos parâmetros para radiodifusão educativa e sobre uma revisão dos mecanismos de concessão e autorização dos novos serviços.

Pretende-se ainda fortalecer o instituto da rádio comunitária, democratizando esse valioso instrumento sem perder de vista a necessária depuração com o intuito de serem evitados desvios de finalidades.

No que tange à concessão e à permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, de caráter exclusivamente educativos, deverão ser estabelecidos critérios para a regionalização da programação, dedicando-se parte da programação a universidades, faculdades ou escolas técnicas locais. Essa condição propiciará o desenvolvimento local tendo como base o princípio da democratização da educação. Para isso, estão previstas ações de intercâmbio com o Ministério da Educação em projetos de alfabetização da criança e do adulto, dentre outros.

Em termos dos processos de licitação e outorga nos serviços de radiodifusão, pretende-se definir critérios com vistas a proporcionar maior agilidade

aos processos, principalmente em se tratando de municípios fronteiriços do País, no sentido de garantir a soberania brasileira contra a invasão de sinais de emissoras de outros países.

TV digital

Em razão das repercussões sociais que a migração da tecnologia analógica para a digital acarreta, há de se avaliar muito bem qual o padrão a ser adotado no Brasil. Devem ser analisados os serviços diversos a serem oferecidos por meio da TV digital, a topografia predominante nas grandes cidades do Brasil, o custo das licenças de *software* para os serviços oferecidos e os próprios aparelhos de TV.

Na atualidade, há três padrões básicos e preponderantes no mundo para TV digital. O padrão ATSC, conhecido como “americano”; o padrão DVB, conhecido como padrão “europeu”; e o ISDB, conhecido como padrão “japonês”.

A realização de estudos para a adoção de um padrão próprio brasileiro, moldado para as características e os requisitos do País, mostra-se como alternativa bastante promissora, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Um padrão próprio de televisão digital trará ao Brasil amplas vantagens, como:

- Independência tecnológica para TV digital e TV em alta definição. A propriedade intelectual será brasileira, portanto os *royalties*, ao existirem, permanecerem no País;
- Adequação aos serviços, canalização e topografia brasileira. O padrão concebido para outros países não é necessariamente adequado para o Brasil;
- A adoção do padrão brasileiro de TV digital por outros países da América do Sul ou América Latina garantirá um respeitável mercado para as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, proporcionará uma escala de produção maior, reduzirá o custo e, conseqüentemente, o preço dos televisores;
- Um padrão próprio brasileiro dificultará o contrabando, que foi expressivo no advento do aparelho de videocassete e dos telefones celulares e
- O domínio tecnológico do *hardware* e do *software* facilitará e aumentará a rapidez da introdução de atualizações e avanços tecnológicos.

Não se trata aqui de “reinventar a roda”, mas, sim, da possibilidade de partir de uma plataforma existente, seja ela qual for, inclusive de um dos três padrões citados anteriormente, para desenvolver um padrão brasileiro. A Austrália, um país de dimensão continental como o Brasil, mas com uma população menor e, portanto, um mercado potencial mais restrito, optou por uma fórmula semelhante.